

Ata de Audiência Pública Virtual de apresentação e discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021.

Em atenção ao estado de calamidade pública em virtude da pandemia da COVID-19, algumas medidas foram necessárias para evitarmos a evolução dos casos de infecção e proteger nossa população. Desta forma, neste ano, não tivemos a Audiência Pública do PLDO 2021, no formato presencial.

Para que assegurássemos a participação popular e a transparência do processo orçamentário, o material referente ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para o exercício de 2021 ficou disponível para os munícipes na página inicial do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Santos de forma visível e acessível no período de 14 a 22 de abril, através do endereço eletrônico: https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/files/portal_files/audiencia_pms_pldo_04_2021.pdf, em atendimento ao que dispõe o parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar n.101 de 04 de maio de 2000.

Nesse período, a Secretaria de Finanças (SEFIN) funcionou em formato remoto, e todos os seus servidores trabalharam de casa, com o objetivo de proteger a saúde de toda a comunidade.

Em conformidade ao Comunicado SDG nº 14/2020, publicado no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no dia 03 de abril de 2020 (<https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/noticias/ComunicadoSDG142020.pdf>), a utilização dos meios eletrônicos apresenta-se como ferramenta hábil e necessária para assegurar a participação popular nas audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão das leis orçamentárias, enquanto perdurar a situação de calamidade pública ocasionada pelo Coronavírus.

O material se inicia com uma breve apresentação do Cenário em fevereiro de 2020 (pré Pandemia da Covid-19), o qual foi utilizado para elaboração da PLDO 2021. Na ocasião, a quantidade de dados econômicos referente ao mês de fevereiro não refletiu a crise da Covid-19 e não contribuiu na formulação dos cenários pela SEFIN.

Na sequência, foi apresentado o Cenário Econômico do momento da Audiência Pública. A percepção de que a retomada da atividade econômica voltaria rapidamente, e que a inflação seguiria controlada, ainda não era consensual no mercado.

A seguir, iniciando a apresentação, explanamos brevemente sobre a elaboração do Orçamento e suas respectivas peças, definindo cada uma delas: PPA, LDO e LOA. O PPA é o instrumento de planejamento no qual o governo se compromete a executar um plano de investimentos prioritários, para um período de 04 anos, voltados ao crescimento do Município. O PPA é um instrumento de gestão, na medida em que organiza a proposta do Governo em programas, ações e produtos, permitindo o seu monitoramento e gestão.

Foram apresentados os valores das Receitas Consolidadas para o PPA 2021, detalhadas por Receitas Correntes, Deduções de Receita, Receitas de Capital e Receitas Intra-Orçamentárias.

A seguir, iniciando a apresentação dos números da PLDO 2021, foram detalhadas as receitas da Administração Direta e sua participação percentual na composição do orçamento total. Foi comparada, através de gráficos, a proporção das receitas previstas próprias e vinculadas. A seguir, foram apresentadas as previsões das receitas por grupo, detalhando as receitas tributárias, as de transferências, de capital e outras receitas. Na sequência, foi comparada através de gráficos, a proporção das receitas da administração direta, separadas por recursos próprios e vinculados. Iniciando as informações de receitas da administração indireta, foi apresentado quadro com as previsões das receitas próprias das Fundações e da CAPEP e do IPREV. O próximo quadro apresentado mostrou a receita consolidada das administrações direta e indireta. Fechando este módulo, foi apresentado quadro com os valores das Transferências Financeiras para as Fundações. Iniciando o módulo seguinte, foi apresentada a Previsão de Despesas, mostrando os números totais das despesas da Administração Direta detalhadas por órgão e em outro quadro, os números das despesas por Órgão alocados na unidade orçamentária EGM – Encargos Gerais do Município. A previsão de aplicação nas áreas de educação, saúde e assistência social, que englobam os gastos na área social do município, representam mais da metade do orçamento da administração direta, com um total de 56% dos recursos. Foi exibido quadro com as despesas da Administração Indireta separadamente por Órgão. Ainda sobre a previsão de despesas, foi exibido quadro que mostra a Despesa Consolidada com os totais da Administração Direta e da Indireta. A seguir, apareceram as vinculações legais do Orçamento referentes aos Gastos com Saúde, Gastos com Educação, Despesa com Pessoal, Precatórios e Valor total destinado para as Emendas Parlamentares, mostrando quadros analíticos com recursos vinculados e o atendimento aos limites legais. Demonstrou-se também as receitas que formam a base de incidência da aplicação de gastos da saúde e da educação e a apuração da aplicação de gastos nestas áreas.

Dando continuidade ao material da PLDO 2021, foram exibidos os dados referentes ao total de despesas com pessoal e o cumprimento, pelo município de Santos, do limite prudencial de comprometimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, além do quadro com o total previsto para o pagamento de Precatórios, calculado a partir de percentual da Receita Corrente Líquida (RCL), conforme determina a Emenda constitucional nº 94/2016.

Por fim, foi apresentado quadro com o valor que será destinado às Emendas Legislativas, de acordo com o estabelecido no art. 115 da Lei Orgânica do Município de Santos (0,8% da RCL).